

UMA VISÃO DA DIMENSÃO AMBIENTAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA IBERO-AMÉRICA

ANÁLISE DOS INDICADORES PARA O
RELATÓRIO DE LA RÁBIDA
“INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL”

XXVII CIMEIRA IBERO-AMERICANA
DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

Copyright © 2021, Programa das Nações Unidas
para o Meio Ambiente.

Exoneração de responsabilidades

As opiniões expressas nesta publicação pertencem aos seus autores e não refletem necessariamente os pontos de vista do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A menção nesta publicação a uma empresa comercial ou a um produto não envolve qualquer apoio por parte do PNUMA.

Reprodução

Sempre que a fonte for citada, esta publicação pode ser reproduzida parcialmente ou na sua totalidade e sob qualquer formato para fins educativos ou não lucrativos. O PNUMA agradece o envio de uma cópia de qualquer publicação que utilize esta edição como fonte.

É proibido utilizar esta publicação para revenda ou para qualquer outro objetivo comercial, sem a autorização prévia por escrito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Os pedidos para essa autorização, bem como uma descrição do objetivo e da intenção da reprodução, deverão ser enviados para a Divisão de Comunicações e Informação Pública (DCPI), PNUMA, P.O. Box 30552, Nairobi 00100, Quênia.

Sugestão de citação:

PNUMA/Observatório de La Rábida, 2021. *Uma visão da dimensão ambiental dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América. Análise de indicadores para o Relatório de La Rábida “Inovação para o Desenvolvimento Sustentável” por motivo da XXVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.* Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Cidade do Panamá: Panamá.

Principais autores, coordenação e edição

Coordenação e edição: Piedad Martin (PNUMA), Rosa Castizo (Observatório de La Rábida).

Autor e investigador: Felipe Dall’Orsoletta (PNUMA).

Contribuições técnicas e revisão: Javier Neme (PNUMA).

Ficha técnica © Mapas, fotografias e ilustrações conforme se especificam.

A versão digital da publicação está disponível na página web do PNUMA (<http://www.wedocs.unep.org>).

SUMÁRIO

1 A dimensão ambiental da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	115
2 Uma visão de nove indicadores para a Ibero-América	116
3 As emissões e os seus impactos socioeconómicos	117
3.1 O teor das emissões dos gases com efeito de estufa (GEE) e o balanço do PIB	117
3.2 Subsídios a combustíveis fósseis por país	118
3.3 Problemas de saúde relacionados com a poluição do ar e as emissões	119
4. Consumo de materiais e gestão resíduos	120
4.1 Consumo de materiais vs crescimento económico por país	120
4.2 Pegada material e padrões de consumo	121
4.3 Produção de resíduos per capita e lixeiras a céu aberto	123
5. Áreas protegidas e governação ambiental	125
5.1 Áreas protegidas e áreas florestais	125
5.2 Governação ambiental	126
6. Instrumentos de investimento verde	128
A modo de conclusão	129
Referências	131

1. A DIMENSÃO AMBIENTAL DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A integração equilibrada do progresso económico, da justiça, da proteção social e da preservação do ambiente, refletem-se na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A dimensão ambiental está presente em todos os ODS e relaciona-se com as questões fundamentais da luta contra a pobreza, erradicação da fome, saúde, educação, igualdade de género, água e saneamento, energia, crescimento económico, assentamentos humanos, consumo e produção sustentáveis, mudança climática, oceanos e ecossistemas terrestres.

O reconhecimento do papel da sustentabilidade ambiental no futuro próspero da humanidade, envolve uma ação coletiva, coordenação a todos os níveis, e políticas com uma abordagem integral, multidimensional e multissetorial. Este esforço é agora mais necessário do que nunca, pois com a pandemia vemos que as contribuições da natureza para as pessoas são fundamentais para assegurar a saúde e o bem-estar humano, criar oportunidades económicas e fortalecer a resiliência social e ecológica, tanto para as atuais gerações quanto para as futuras.

Nas últimas décadas, a Ibero-América implementou com êxito iniciativas de desenvolvimento sustentável a diferentes níveis. No entanto, a região ainda não aproveitou nem incrementou estes esforços, opções e ferramentas, para rumar no sentido da sustentabilidade em larga escala, tão necessária para acelerar a obtenção dos ODS (PNUMA, 2016c).

Neste sentido, a disponibilidade de informações ambientais é essencial, pois os 17 ODS e 40% dos seus indicadores, estão diretamente relacionados com a gestão sustentável dos recursos naturais. Apesar dos progressos registados, na Ibero-América ainda existe margem para melhorar no uso sistemático de informações ambientais para apoiar os processos de tomada de decisões e configuração de políticas coerentes (PNUMA, 2021). Estão a ser investigadas soluções para atenuar e resolver estes vazios de informações que afetam aproximadamente 70% dos indicadores ambientais dos ODS na América Latina e na Europa (PNUMA, 2019a). Este é um dos motivos pelos quais no contexto do Fórum de Ministros do Ambiente da América Latina e do Caribe, bem como da Conferência Ibero-Americana de Ministros do Ambiente, se recomenda reforçar a produção e gestão de informações ambientais.

2. UMA VISÃO DE NOVE INDICADORES PARA A IBERO-AMÉRICA

Os 22 países ibero-americanos alcançaram progressos significativos no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), embora subsistam desafios, alguns deles comuns a vários países. As economias nacionais são fortemente dependentes de produtos primários e recursos naturais, enquanto que, tal como pudemos observar na última crise resultante da pandemia, a maior parte dos países sofre uma desigualdade generalizada, que se acrescenta à elevada vulnerabilidade dos setores mais pobres. Em muitos casos, o progresso da região alcançou-se à custa do meio natural: as fronteiras agrícolas continuam a expandir-se e a população, principalmente a urbana, continua a aumentar, ao passo que se mantêm padrões de produção e consumo que contribuem para a degradação dos ecossistemas naturais.

Este relatório centra-se em quatro áreas principais, nas quais as dimensões social, económica e ambiental se interpenetram, identificando-se os ODS relacionados com cada um destes temas estruturais e apresentando as informações disponíveis mais relevantes e uma breve interpretação destas.

Em primeiro lugar, analisam-se os indicadores relativos às emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) e os seus impactos socioeconómicos, pois estes são o reflexo da evolução da descarbonização das economias e do cumprimento do Acordo de Paris. Este bloco aprofunda três indicadores: as emissões em comparação com o PIB, os subsídios aos combustíveis fósseis e os problemas de saúde associados à poluição do ar.

Em segundo lugar, aborda-se o grau de dissociação entre o desenvolvimento económico e o uso intensivo dos recursos naturais. Para esse efeito, analisam-se a pegada material, a gestão de resíduos e o consumo interno de materiais.

A terceira parte tem por objetivo aprofundar a importância das áreas protegidas e da governação ambiental para chegar a conciliar a economia com os desafios sociais e os limites ambientais. Por este motivo, consideram-se os indicadores relativos aos hectares das áreas protegidas dos países e ao número de leis ambientais que estão em vigor.

Para terminar, não nos podemos esquecer da importância do investimento verde para observar o grau de mobilização do capital necessário nos projetos com dimensão ambiental. Para isso, foram tidos em conta os investimentos climáticos e as obrigações ecológicas.

3. AS EMISSÕES E OS SEUS IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS



Neste capítulo analisam-se três indicadores fundamentais para tomar decisões e medidas que reforcem particularmente os progressos dos ODS 3, 7, 9, 12 e 13, embora as suas repercussões sejam transversais a toda a Agenda 2030. Veremos como o teor das emissões da região está diretamente relacionado com indicadores macroeconómicos, tais como o PIB e com indicadores de saúde, como a poluição do ar. Neste contexto, os subsídios aos combustíveis fósseis tornam-se num travão para fazer avançar os compromissos climáticos de redução das emissões de GEE.

3.1 O teor das emissões e o balanço do PIB

Ao comparar o teor das emissões com o crescimento económico em termos de PIB, pode chegar a ver-se a dependência que a economia tem das atividades que produzem emissões e que, portanto, nos afastam dos compromissos climáticos. Este indicador está muito relacionado com os que observaremos no capítulo seguinte e analisarão a dependência da economia do consumo de materiais.

Em média, entre 1996 e 2016, os países ibero-americanos emitiram 0,37 kg de CO₂ por cada dólar gerado na sua economia. Embora se verifiquem diferenças entre os países da região (Fig.1), ao longo dos anos este valor foi diminuindo, baixando em média para 11% em 2016.

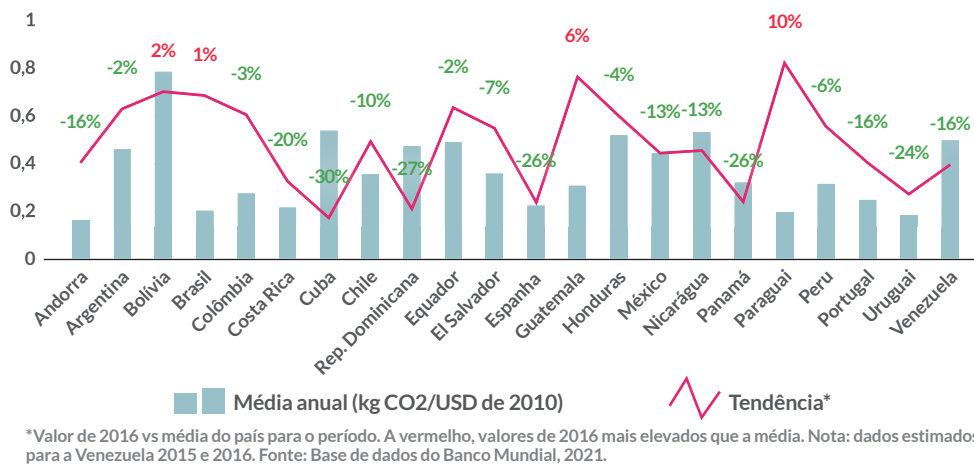
A Bolívia e Cuba são as economias que registam um maior consumo de carbono na Ibero-América, enquanto que Andorra e o Uruguai têm os valores mais baixos. Por outro lado, durante este período as duas economias caribenhas apresentaram os aspetos mais positivos em eficiência, já que apenas quatro países não foram capazes de melhorar esse indicador.

Ao realizar a análise por níveis de rendimento,¹ observa-se que os países de rendimento elevado têm um teor médio de 0,25 kg de CO₂ para produzir cada dólar das suas economias, ao passo que os países de rendimento médio-baixo duplicam esse valor, alcançando os 0,55 kg de CO₂ por cada dólar gerado.

Em comparação, para esse mesmo período a União Europeia (UE) registou um teor de carbono de 0,24 kg de CO₂ por cada dólar. Se todos os países ibero-americanos tivessem a mesma eficiência em carbono que a UE, poderia ter-se evitado a emissão de mais de 15 Gt de gases com efeito de estufa (GEI) durante estas duas décadas.

¹ De acordo com a divisão oficial do **Departamento de Estatística das Nações Unidas**: países de rendimento elevado: Andorra, Chile, Espanha, Panamá, Portugal e Uruguai; países de rendimento médio-elevado: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Rep. Dominicana, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Venezuela; e países de rendimento médio-baixo: Bolívia, El Salvador, Honduras e Nicarágua.

Figura 1. Teor de carbono das economias ibero-americanas, 1996-2016

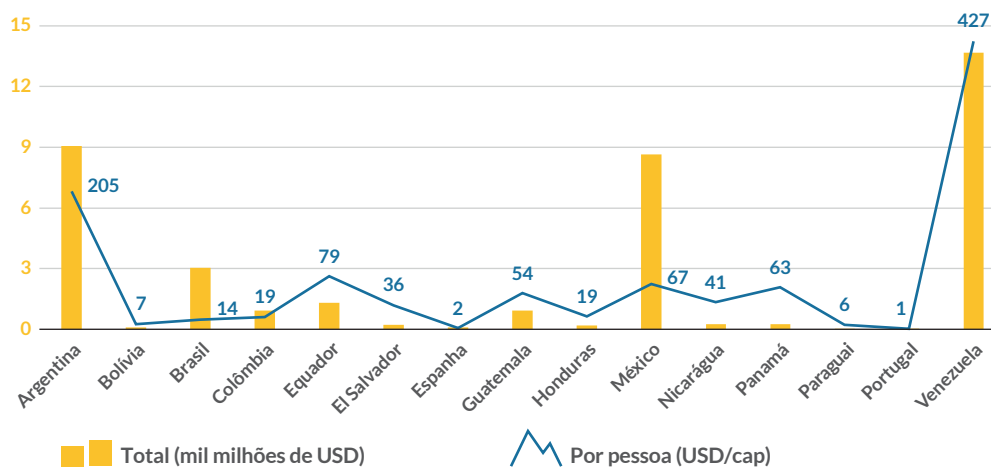


3.2 Subsídios a combustíveis fósseis

Em 2017 houve quinze países ibero-americanos que, no seu conjunto, dedicaram pelo menos 38 mil milhões de dólares a subvencionar combustíveis fósseis, representando uma média de 70\$ de ajuda per capita (Fig. 2). A Venezuela é o país com os valores mais elevados, seguindo-se a Argentina e o Equador, que também se encontram acima da média per capita. Embora os valores atuais ainda possam ser considerados altos, nos últimos anos a tendência tem vindo a diminuir.

No âmbito do Acordo de Paris e dos compromissos assumidos pelos países da região através das Contribuições Nacionalmente Determinadas (CND), os subsídios aos combustíveis fósseis tornaram-se num travão para avançar, pois continuam a incentivar o uso da principal fonte de emissões. O Fórum dos Ministros do Ambiente da América Latina e do Caribe tratou este tema na sua XXII Reunião de fevereiro de 2021 e, com carácter geral, espera-se que a tendência seja a de aumentar o apoio às fontes renováveis de energia.

Figura 2. Subsídios anteriores ao imposto aos combustíveis fósseis, 2017



Nota: os países não mencionados não informam sobre este dado ou são identificados como países sem um programa de apoio significativo dedicado aos combustíveis fósseis. Os valores de Portugal correspondem a 2013. Fonte: UNSD, 2021.

3.3 Problemas de saúde relacionados com a poluição do ar e as emissões

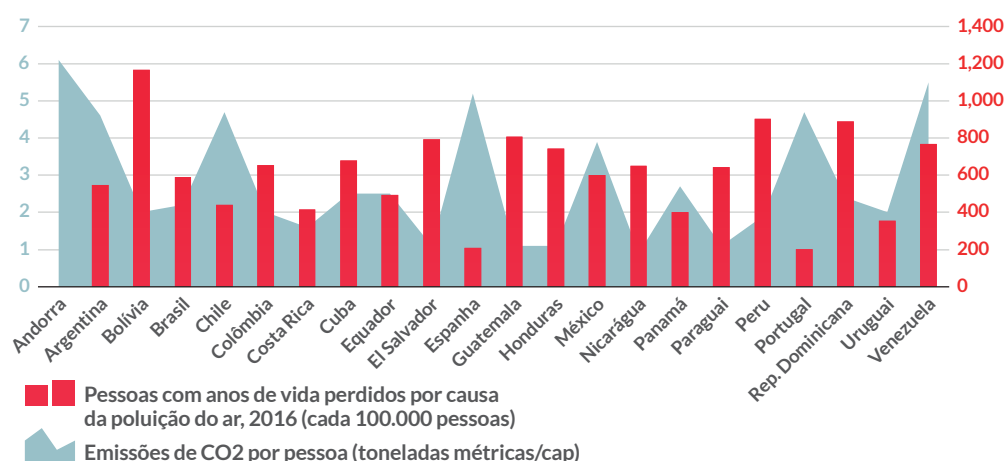
Todos os anos, a Ibero-América emite uma média de 2,8 toneladas métricas (TM) de GEE por pessoa. A diferença entre países em função dos seus rendimentos reflete a tendência para um maior nível de emissões nos países com um PIB mais alto (Fig. 3). Os países com rendimentos elevados emitem anualmente mais de 4 TM por cada habitante, ao passo que os países com rendimentos médios-altos e médios-baixos emitem respetivamente cerca de 2,6 e 1,7 TM por pessoa.

Estes valores estão diretamente relacionados com a qualidade do ar, tendo em conta que na Ibero-América 36% das emissões provenientes da queima de combustíveis correspondem ao setor dos transportes, sendo praticamente metade atribuíveis aos transportes rodoviários.

A OMS calcula que 3 milhões de mortes prematuras no mundo têm origem na poluição atmosférica e, segundo a OCDE, caso não se empreendam medidas urgentes esse valor poderá aumentar para 9 milhões por ano (OCDE, 2016). O tráfego rodoviário é uma das principais fontes de poluição atmosférica, que afeta principalmente a população urbana devido à sua proximidade das fontes de produção de emissões e à composição destas (monóxido de carbono, óxidos de azoto, compostos orgânicos voláteis não metálicos e material particulado).

Em alguns países, o valor das emissões resultantes dos transportes rodoviários chega a 90% das emissões totais do setor (IEA, 2018). Eletrificando-se as frotas automóveis de cinco grandes capitais da América Latina, calcula-se que nas próximas três décadas se poderiam evitar 24 mil mortes (PNUMA, 2019c).

Figura 3. Emissões de gases com efeito de estufa vs problemas de saúde atribuídos à poluição do ar.



Fonte: OMS, 2021; Climate Watch, 2021.

4. CAMINHANDO PARA A ECONOMIA CIRCULAR NA IBERO-AMÉRICA



Os atuais padrões de consumo e produção estão a sobrecarregar a capacidade do planeta para regenerar o capital natural, ameaçando não só a obtenção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também o bem-estar humano. Nos últimos 50 anos, a extração de materiais triplicou, a economia cresceu quase cinco vezes e o comércio mundial aumentou dez. No entanto, este crescimento baseado em padrões extrativos de consumo e produção contribuiu para as três emergências ambientais: mudança climática, perda de biodiversidade e poluição (UNEP, 2021).

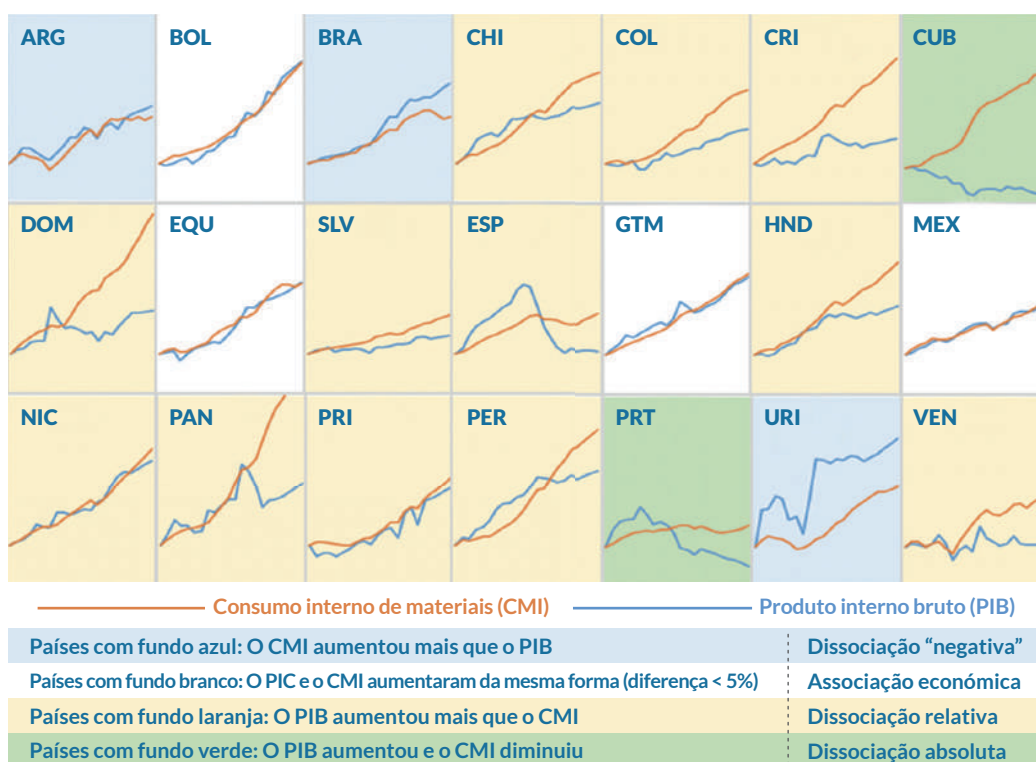
Neste bloco, analisaremos três indicadores que refletem a ligação da economia com o uso intensivo de materiais e faremos uma reflexão acerca da gestão de resíduos. Todos estes valores são fundamentais para pensar em medidas que possam fazer a região avançar para uma economia circular e para as metas dos ODS 1, 8, 11 e 12.

4.1 Consumo de materiais vs crescimento económico por país

A necessidade de passar de modelos lineares de produção e consumo para modelos circulares não só é urgente, mas também representa uma oportunidade em termos económicos. A economia circular poderá vir a ser um dos principais setores que promovam a recuperação económica após a pandemia (CEPAL, 2020).

Neste contexto é especialmente importante analisar o grau de dependência das economias dos países da região do consumo interno de materiais (CIM). Podemos dizer que existe dissociação das economias quando o crescimento do PIB não depende de uma maior extração de materiais. No entanto, para a maior parte dos países ibero-americanos essa dissociação não existe, tendo o seu PIB e o consumo de recursos naturais aumentado ao longo das duas últimas décadas (Fig.4).

Figura 4. Curvas do consumo interno de materiais vs crescimento económico nos países ibero-americanos, 1996 -2017 (Índice 1996=1)



Fonte: PNUMA – IRP, 2021.

Apenas Cuba e Portugal parecem estar na trajetória de dissociação necessária para melhorar os indicadores de desenvolvimento sustentável, registrando um certo crescimento do PIB sem necessidade de um uso intensivo de recursos naturais (Fig. 4).

Por outro lado, seis países não foram capazes de dissociar o seu crescimento de um uso mais intensivo do capital natural. Quatro países registaram um progresso semelhante entre o PIB e o CIM (Bolívia, Guatemala, Equador e México), enquanto que a Argentina, Brasil e Uruguai apresentaram um ritmo mais acelerado de exploração dos seus recursos naturais comparado com o crescimento das suas economias.

4.2 Pegada material e padrões de consumo

Uma das formas de medir a intensidade de utilização de materiais para conceber sistemas mais circulares é analisando a pegada material, graças à qual se pode observar o padrão de consumo das sociedades, incluindo materiais internos e exportações. Durante as últimas décadas, o uso de materiais na Ibero-América está a tornar-se mais eficiente (Fig. 5). Em 2015, a região necessitava de 12% menos materiais para produzir um dólar do PIB, comparativamente com 1990.

Fig 5. Intensidade da pegada material na Ibero-América, 1990-2015 (kg/USD do PIB)

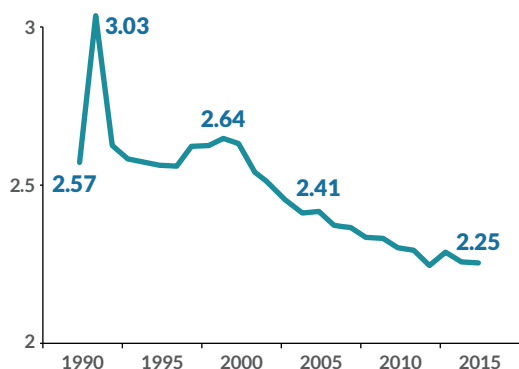


Fig. 6. Pegadas materiais por grupos de países conforme os seus rendimentos e a sua evolução entre 1990 e 2015

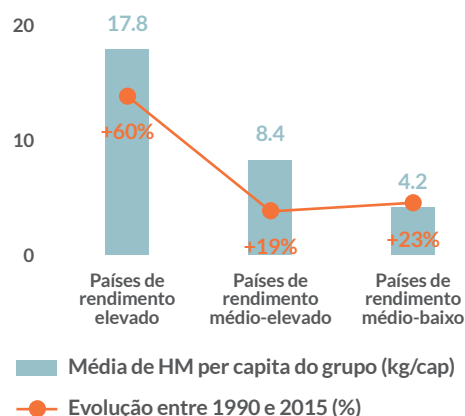
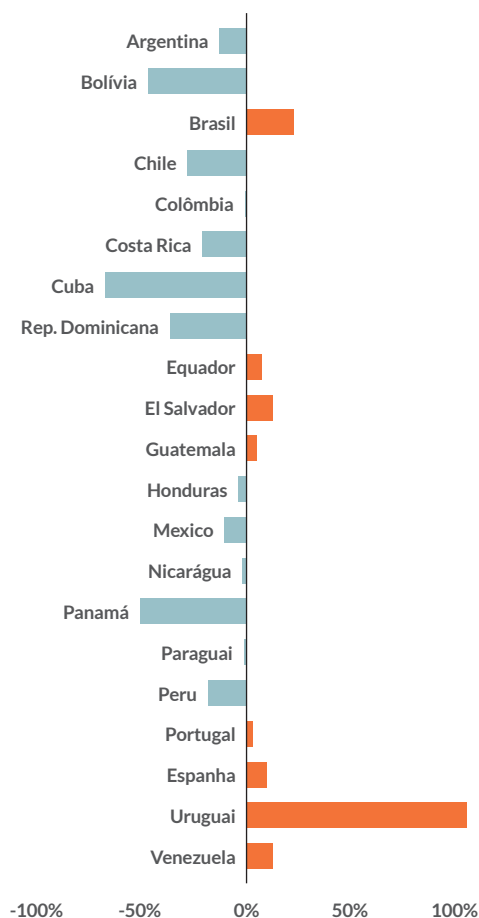


Fig. 7. Evolução da pegada material*, 2015 comparada com 1990 (%)



Fonte: PNUMA – IRP, 2021.

Analisando o consumo de materiais por habitante e por grupos de países relativamente aos seus níveis de rendimento (Fig. 6), podemos claramente observar que os países com rendimentos mais elevados têm maiores taxas de consumo e que, além disso, estas crescem de uma forma mais acelerada. A média da pegada material destes países é quase quatro vezes mais elevada que a dos países com rendimentos médios-baixos, e os seus níveis de consumo aumentaram quase três vezes mais que nos países com rendimentos mais baixos.

No entanto, esta tendência não é igual em toda a região (Fig. 7). Em 2015, oito países da região precisavam de uma maior quantidade de recursos naturais para gerar uma unidade de PIB, em comparação com o que necessitavam em 1990. Por outro lado, dez países precisavam de materiais para crescerem economicamente, destacando-se Cuba e o Panamá, enquanto que outros três quase não variaram relativamente a 1990.

4.3 Produção de resíduos per capita e lixeiras a céu aberto

Nos indicadores relativos à gestão de resíduos, destacam-se os dados de Espanha e Portugal por não terem lixeiras a céu aberto, tendo o Chile, Colômbia e Costa Rica uma percentagem relativamente pequena. Em contrapartida, Cuba, Guatemala, Equador e Bolívia mantêm entre 56 e 73% dos seus resíduos a céu aberto (Fig. 8).

De forma geral, podemos concluir que os países com rendimentos mais elevados são os que mais resíduos produzem e os que também apresentam as melhores taxas de recolha e gestão. De acordo com os seus próprios dados, Andorra, Colômbia, Espanha e Portugal são os países com melhores indicadores de gestão de resíduos e reciclagem.

Apesar da limitada informação, podemos concluir que na Ibero-América a proporção dos resíduos destinados à reciclagem ainda é mínima. Pelo menos 80% dos detritos são eliminados ou depositos em aterros, a maioria dos quais não tem o devido controlo social e ambiental (Fig 9).

Fig. 8 Proporção de resíduos que terminam em lixeiras a céu aberto.

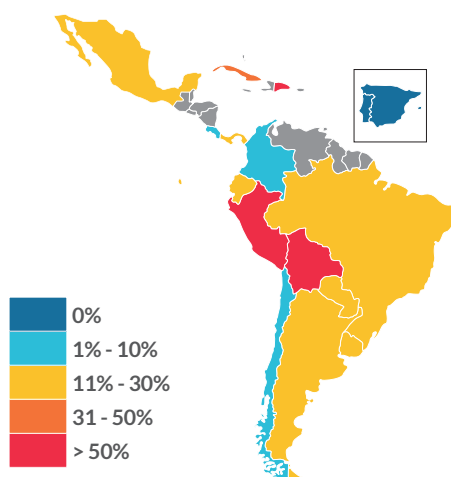
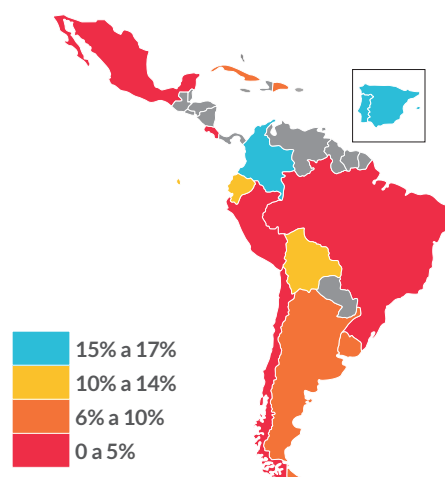


Fig. 9 Taxas de reciclagem estimadas



Nota: Portugal e Espanha. Mapas sem escala. Fonte: Kaza et al., 2018.

Embora a maior parte dos países já contem com quadros legislativos para a gestão de resíduos, ainda há muitos vazios no que se refere a sistemas e agências nacionais para implementar essas regulamentações (Fig. 10).

Fig. 10. Gestão de detritos sólidos na Ibero-América

	Sistema de gestão	Agência nacional de monitorização/fiscalização	Lei nacional
Andorra		SIM	SIM
Argentina	SIM		SIM
Bolívia	SIM	SIM	SIM
Brasil	SIM	SIM	SIM
Chile	SIM	NÃO	SIM
Colômbia	SIM		NÃO
Costa Rica			SIM
Cuba	NÃO	NÃO	NÃO
Equador	SIM	SIM	NÃO
El Salvador		SIM	SIM
Espanha	NÃO	SIM	SIM
Guatemala			NÃO
Honduras	NÃO		SIM
México	SIM		SIM
Nicarágua			SIM
Panamá			SIM
Paraguai			SIM
Peru	SIM	SIM	SIM
Portugal	SIM	SIM	SIM
R. Dominic.	NÃO	SIM	NÃO
Uruguai	NÃO	SIM	SIM
Venezuela		NÃO	SIM

Fonte: Kaza et al., 2018.

5. ÁREAS PROTEGIDAS E GOVERNAÇÃO AMBIENTAL



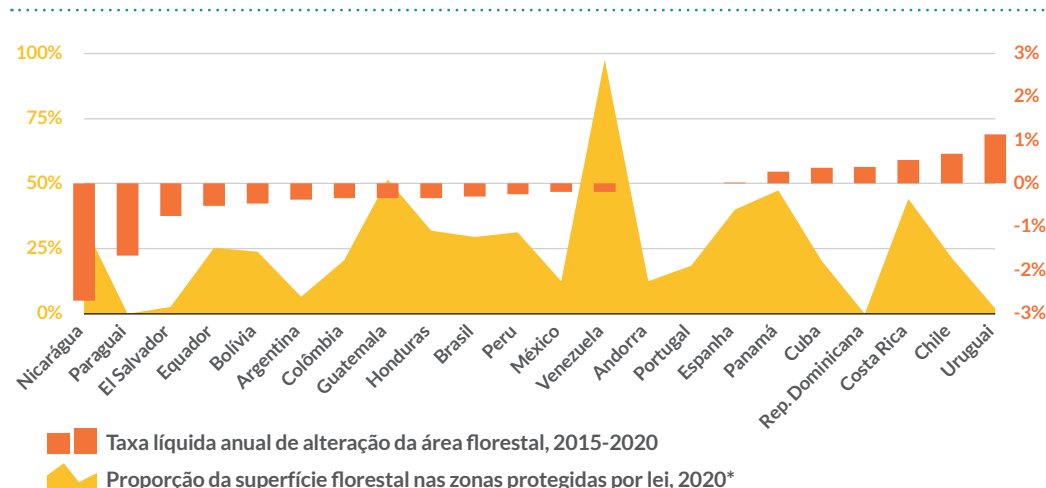
Em termos gerais, a gestão sustentável dos recursos naturais baseia-se na eficácia da governação ambiental desse país ou região. Os quadros jurídicos e a aplicação das políticas públicas permitem aos países conciliar os progressos em matéria social e económica, mantendo o equilíbrio dos seus limites ambientais. No contexto da discussão de uma Agenda Ambiental Ibero-Americana, é extremamente importante definir áreas de proteção de determinados recursos biológicos e ecossistémicos².

5.1 Áreas protegidas e áreas florestais

Devido às tendências da mudança climática, a Ibero-América e as suas populações e economias já se encontram sob pressão e espera-se que esta se torne mais intensa provocando fenómenos meteorológicos extremos na região.

As alterações do uso do solo para a agricultura são a principal pressão que leva à perda de ecossistemas na Ibero-América, seguindo-se as atividades mineiras, a produção de energia e a expansão urbana. O impacto é maior em regiões tais como os Andes, o Chaco e a Amazônia, onde essas atividades económicas ameaçam ecossistemas críticos para garantir o bem-estar humano. Em consequência, fenómenos como as secas, os incêndios florestais e a desertificação são cada vez mais frequentes e a prestação de serviços ecossistémicos essenciais, como a água e alimentos, podem estar em causa.

Figura 11. Superfícies florestais protegidas e alteração da cobertura florestal em países ibero-americanos.



*Dados de 2015, 2016, 2017 e 2018, respetivamente para Portugal, Espanha, México e Andorra. Fonte: UNSD, 2021.

² Os recursos biológicos referem-se à riqueza e qualidade dos recursos genéticos. Os recursos ecossistémicos são bens ou serviços da natureza, que beneficiam os seres humanos (ex. purificação do ar por parte das plantas).

Nos últimos cinco anos, treze países ibero-americanos registaram perdas de cobertura florestal. O Paraguai e a Nicarágua foram os que apresentaram maiores perdas relativas, enquanto que seis países registaram ganhos líquidos em superfície florestal (Uruguai, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Cuba e Panamá). Andorra, Espanha e Portugal não apresentaram alterações significativas deste indicador (Fig. 11).

A Ibero-América tem 24% dos ecossistemas terrestres e 21% dos ecossistemas marinho-costeiros sob algum mecanismo eficaz de proteção (PNUMA – WCMC, UICN e NGS, 2021). Na média de toda a região, 29% das zonas florestais encontram-se protegidas, sendo essa percentagem maior entre os países que sofreram perdas de áreas florestais (31%), o que talvez demonstre que o estabelecimento de áreas protegidas possa vir a fazer parte de um processo mais vasto de conservação.

As doenças zoonóticas, tais como o recente surto de COVID-19, frequentemente ocorrem devido a pressões humanas sobre os animais e os ecossistemas, ou a alterações patogénicas naturais (PNUMA, 2020b). As duas principais tendências relacionadas com os humanos, incidem na probabilidade de que ocorra zoonose: as crescentes interações das pessoas com os animais, bem como a pressão sobre os ecossistemas e a biodiversidade.

A fragmentação, destruição e degradação dos ecossistemas da Ibero-América podem ser substancialmente atribuídas à crescente taxa de invasões urbanas e agrícolas nos países. As expansões urbanas notam-se mais claramente nas principais áreas metropolitanas de países como o México, Colômbia, Chile e Brasil na ALC, e em Espanha e Portugal na Europa (Mahendra e Seto, 2019). Todas estas zonas representam pontos críticos (hotspots) de biodiversidade e correm maiores riscos de novos eventos zoonóticos no continente (ONU, 2020). Além disso, as alterações do uso da terra para fins agrícolas também estão a afetar os ecossistemas, principalmente, mas não exclusivamente, nas regiões da Amazônia, do Cerrado (Brasil) e do Chaco (que se estende pela Bolívia, Paraguai e Argentina) (PNUMA, 2020a). Frequentemente, as áreas resultantes desses processos tornam-se zonas de produção intensiva de *commodities*, apresentando baixos níveis de diversidade e integridade ecológica.



5.2 Governação ambiental

Os países ibero-americanos estão a avançar na implementação da Agenda 2030, estabelecendo mecanismos de coordenação interinstitucional, alinhando os Planos Nacionais de Desenvolvimento com os ODS e formulando as visões dos países para o fim desta década. Há acordos institucionais novos e atualizados para a implementação coordenada da Agenda 2030, contando alguns deles com a participação de instituições ambientais nacionais.

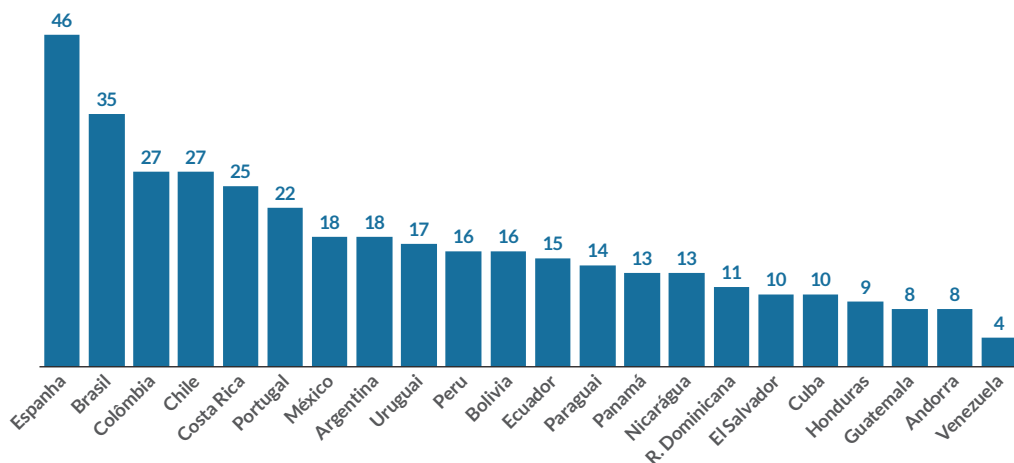
Em geral, a inclusão da dimensão ambiental na planificação, implementação e monitorização dos ODS ainda não foi completamente alcançada, tal como o demonstram as Revisões Nacionais Voluntárias apresentadas até agora no Fórum Político de Alto Nível (PNUMA/Cepei, 2020).

Verifica-se uma forte tendência para o alargamento e fortalecimento do direito ambiental nos países da região, fundamentalmente através da aprovação de leis gerais de proteção do ambiente e de novos corpos normativos que protegem ou regulam setores ambientais particularmente sensíveis (PNUMA/Cepei, 2018). Apesar dos consideráveis progressos registados nas últimas décadas, as regulamentações ambientais ainda não se cumprem plenamente nem se aplicam em toda a região (PNUMA, 2019d).

Em contrapartida, no caso concreto da mudança climática, embora existam algumas leis gerais, o caminho que os países da região estão a percorrer orienta-se para a adoção de políticas e planos de adaptação e atenuação que costumam estabelecer relações diretas entre as esferas ambiental, social e económica.

No total, nos países ibero-americanos já foram aprovadas ou publicadas quase 400 leis ou políticas climáticas, com uma média de 17 instrumentos legais por país (Fig. 12). Estes planos e políticas, incluindo as Contribuições Nacionalmente Determinadas, podem proporcionar uma boa base para integrar a mudança climática nos planos de desenvolvimento e em todas as políticas pertinentes como exercício para fazer avançar a implementação da Agenda 2030.

Figura 12. Numero de leis e políticas climáticas em países da Ibero-América



Fonte: Instituto Grantham, 2021.

Os oito países que apresentaram mais leis coincidem com os oito que em 2020 obtiveram o melhor Índice de Desempenho Ambiental³, medido pela Universidade de Yale.

³ The 2020 Environmental Performance Index (EPI): <https://epi.yale.edu/>.

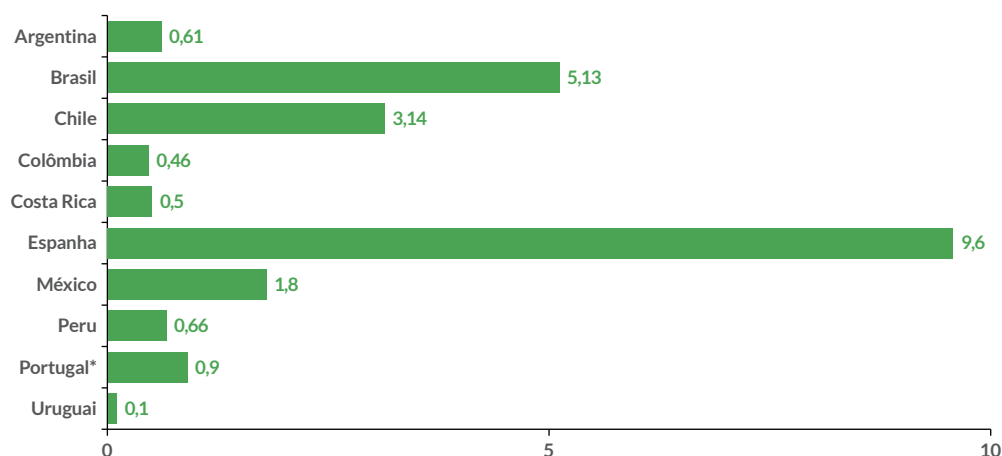
6. INSTRUMENTOS DE INVESTIMENTO VERDE



Em 2019, investiram-se cerca de 23 mil milhões (MM) de obrigações ecológicas na Ibero-América, o que representa aproximadamente 10% do total do mercado mundial (em 2019, emitiram-se mais de 250 MM de obrigações ecológicas no mundo, representando cerca de 3,5% do total global das obrigações financeiras⁴).

Até 2019, apenas 10 países da região tinham utilizado este mecanismo para promover os seus investimentos verdes, destacando-se o Brasil e Espanha com os maiores valores absolutos (Fig. 13) e o Chile com o maior montante relativo por habitante. Em 2020, o Equador, Panamá e República Dominicana⁵ juntaram-se ao grupo dos países que implementaram este instrumento financeiro.

Figura 13. Mercado de obrigações ecológicas em países ibero-americanos, 2019 (MM de USD)



Fonte: Climate Bonds, 2019; Almeida, 2020.

⁴ Fonte: 'Green bonds' and the Portuguese case. O Jornal Económico, 02/out/2020.

⁵ Os casos do Panamá, da República Dominicana e do Equador.



CONCLUSÕES

O objetivo destas páginas é o de mostrar a relação entre o ambiente e a obtenção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao analisar o desempenho dos países da região quanto aos nove indicadores selecionados, identificam-se tendências positivas e negativas na implementação da Agenda 2030. Esta análise sintética considera-se muito útil para enriquecer a implementação dos acordos da XXVII Cimeira Ibero-Americana e para identificar alternativas de desenvolvimento, sendo a natureza a base da resiliência da região e a garantia da manutenção do bem-estar social e económico.

Graças à análise destes indicadores, os responsáveis pela tomada de decisões e a cidadania ibero-americana podem ficar conscientes das consequências que as práticas insustentáveis no uso dos recursos naturais envolvem para o presente e o futuro das nossas sociedades. As atuais tendências do crescimento da população, a evolução dos estilos de vida, as práticas agrícolas, a urbanização e as atividades económicas, estão a aumentar a pressão sobre os sistemas naturais, agravando a mudança climática, a perda de biodiversidade e a poluição na região. Os riscos, tais como o aumento previsto do nível do mar no Caribe, o degelo dos glaciares andinos e o aumento das doenças zoonóticas, são cada vez mais claros e os impactos negativos começam a ser mais frequentes, tais como no caso dos padrões de degradação do solo, que provocam perdas económicas nos setores industrial e agrícola da América Central e do Sul, bem como no do aumento da frequência, intensidade e nível de afetação das catástrofes.

A este respeito, a crise provocada pela pandemia do coronavírus COVID-19, está inevitavelmente a afetar as sociedades e economias da Ibero-América e ainda mais as pessoas que vivem em condições de pobreza e vulnerabilidade. Os desafios para ultrapassar estas fraturas devem convergir com medidas que enfrentem a tripla emergência da mudança climática, perda de biodiversidade e poluição, por forma a que a região progrida nas metas dos ODS.

A integração das considerações ambientais nos planos de recuperação e pacotes de estímulo económico pós-COVID poderão contribuir para fazer avançar a Agenda 2030. Os benefícios de respeitar os limites ecológicos e criar sinergias com a implementação do Acordo de Paris, promoverão o bem-estar social, a prosperidade económica e a sustentabilidade. Tal foi também reconhecido na recente Declaração do [Fórum de Ministros e Ministras do Ambiente da América Latina e do Caribe](#) que, evocando as aspirações da Agenda 2030, apela à construção de um futuro em que as economias possam proporcionar meios de vida sustentáveis a todas as sociedades, preservando as bases naturais da saúde e bem-estar, tal como perspetiva a Agenda Ambiental Ibero-Americana.



Referências

AEA (Agência Europeia do Ambiente), 2020. [State of nature in the EU: Results from reporting under the nature directives 2013-2018](#). Luxembourg: Publications Office of the European Union.

_____, 2019. [Land take in Europe](#). Indicator assessment, Sítio web de AEMA. Consultado em março/2021.

Almeida, M., 2020. [Global Green Bond State of the Market 2019](#), Climate Bonds Initiative.

Banco Mundial, 2021. [Informações do Banco Mundial](#), Indicadores do desenvolvimento mundial. Consultado em março/2021.

Climate Bonds, 2019. [América Latina e Caribe: Estado do mercado das finanças verdes 2019](#). Climate Bonds Initiative.

Climate Watch, 2021. [Climate Watch: Data for Climate Action](#). Instituto de Recursos Mundiais (WRI). Washington, EUA. Consultado em março/2021.

Instituto Grantham, 2021. [Climate Change laws of the World database](#). Instituto de Investigação Grantham sobre Mudança Climática e Ambiente, e Centro Sabin para a Mudança Climática da Universidade de Columbia. Consultado em março/2021.

IPBES (Plataforma Intergovernamental Científico-Regulamentar sobre Diversidade Biológica e Serviços dos Ecossistemas), 2018. [Summary for policymakers of the regional assessment report on biodiversity and ecosystem services for the Americas](#) of the Intergovernmental Science- Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. Secretaria IPBES. Bonn, Alemanha.

Kaza, S., Yao, L., Bhada-Tata, P., and Van Woerden, F., 2018. [What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050](#). Urban Development Series. Doi:10.1596/978-1-4648-1329-0. Washington, DC.

Mahendra, A. e Seto, K. C., 2019. [Upward and Outward Growth: Managing Urban Expansion for More Equitable Cities in the Global South](#). Working Paper. Instituto de Recursos Mundiais (WRI) Washington, EUA.

OMS (Organização Mundial da Saúde), 2021. [Repositório de dados do GHO](#) (Observatório Mundial da Saúde). Consultado em março/2021.

ONU (Organização das Nações Unidas), 2020. [Página web do UN Biodiversity Lab](#). Consultado em abril/2020.

PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), 2021. [Decisões: XXII Reunião do Fórum de Ministros do Ambiente da América Latina e do Caribe](#). XXII Reunião do Fórum de Ministros do Ambiente da América Latina e do Caribe. Bridgetown, Barbados.

_____, 2020a. [Medindo os progressos: A dimensão ambiental dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe](#). Cidade do Panamá, Panamá.

PNUMA, 2020b. [Prevenir a próxima pandemia - Zoonoses: como quebrar a cadeia de transmissão](#). Nairobi, Quênia.

_____, 2019a. [Measuring Progress: Towards Achieving the Environmental Dimension of the SDGs](#). Nairobi, Quênia.

PNUMA, 2019b. [Global Chemicals Outlook II From Legacies to Innovative Solutions: Implementing the 2030 Agenda for Sustainable Development](#). ISBN N°: 978-92-807-3745-5.

_____, 2019c. The opportunity, costs and benefits of the coupled decarbonization of the power and transport sectors in Latin America and the Caribbean. Cidade do Panamá, Panamá.

_____, 2019d. Environmental Rule of Law: First Global Report. Nairobi, Quênia.

PNUMA e CEPEI 2020. *Abordagem integrada e dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe: Análise dos Relatórios Nacionais Voluntários apresentados no primeiro ciclo do Fórum Político de Alto Nível (2016 – 2020)*. Cidade do Panamá, Panamá.

PNUMA e Cepei, 2018. *A governação ambiental e a Agenda 2030. Progressos e boas práticas na América Latina e no Caribe*. Cidade do Panamá, Panamá.

PNUMA – IRP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Painel Internacional de Recursos), 2021. *Base de Dados Global de Fluxos de Materiais*. Secretaria do Painel Internacional de Recursos. Consultada em março/2021.

PNUMA – WCMC, UICN e NGS (Centro Mundial de Monitorização para a Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, União Internacional para a Conservação da Natureza & Sociedade Geográfica Nacional), 2021. *Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas*. Cambridge, Reino Unido; Gland, Suíça e Washington, EUA. Consultada em março/2021.

UNSD (Divisão de Estatística das Nações Unidas), 2021. *SDG Data Hub*. Departamento de Desenvolvimento de Dados e Divulgação. Consultado em março/2021.

